

Trabalho premiado no GT 6 – Informação, Educação e Trabalho,
do XXII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB 2022)

 [10.58876/rbbd.2024.2012062](https://doi.org/10.58876/rbbd.2024.2012062)

Competência em informação, acesso à informação e desinformação sobre direitos sexuais e reprodutivos

Information literacy, access to information and misinformation about sexual and reproductive rights

Ana Maria Mendes Miranda

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Professora Assistente do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina (UEL).
E-mail: anamirandamm@uel.br

Adriana Rosecler Alcará

Doutora em Psicologia pela Universidade São Francisco. Docente do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina (UEL).
E-mail: alcara@uel.br

RESUMO

Este artigo aborda a relação entre competência em informação, acesso à informação e desinformação sobre direitos sexuais e reprodutivos. O objetivo foi mapear produções que relacionem a competência em informação a esses direitos e discutir sua importância. Quanto a metodologia utilizada, se tratou de uma metodologia descritiva, com abordagem qualitativa e delineamento bibliográfico não exaustivo. Foram realizados levantamentos bibliográficos em bases de dados com os termos competência em informação, desinformação e acesso à informação relacionados aos direitos sexuais e reprodutivos, resultando na seleção de 18 textos que compuseram o *corpus* de análise. Os resultados indicam que há uma lacuna nas publicações sobre esse tema, destacando a necessidade de mais pesquisas nessa área. Conclui-se que a competência em informação desempenha um papel crucial no acesso à informação sobre direitos sexuais e reprodutivos, sendo fundamental para a promoção da igualdade e da conscientização nesse contexto.

Palavras-chave: Saúde sexual e reprodutiva. Acesso à informação. Competência em informação. Fake News.

ABSTRACT

This article addresses the relationship between information literacy, access to information and misinformation about sexual and reproductive rights. The objective was to map productions that relate information literacy to these rights and discuss their importance. The methodology used is descriptive, with a qualitative approach and non-exhaustive bibliographical design. Bibliographical surveys were carried out in databases using the terms information literacy, disinformation and access to information related to sexual and reproductive rights, resulting in the selection of 13 texts that made up the corpus of analysis. The results indicate that there is a gap in publications on this topic, highlighting the need for more research in this area. It is concluded that information literacy plays a crucial role in accessing information about sexual and reproductive rights, being fundamental for promoting equality and awareness in this context.

Keywords: Sexual and reproductive health. Access to information. Information literacy. Fake News.



1 INTRODUÇÃO

Conforme indicado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, o direito de acesso à informação é um direito humano fundamental. Nesse sentido, a condição de acesso às informações de caráter público e/ou social deve ser garantida por órgãos governamentais e instituições. Além de ser considerado um direito em si, compreendemos que esse direito alcança caráter instrumental, visto que é ferramenta cotidiana para ações dos sujeitos na sociedade. Conforme a Organização Artigo 19 (2015, p. 4) é válido considerar que o direito à informação pode “[...] ser compreendido como parte de um grupo mais amplo de direitos civis e políticos, [mas também como] instrumento essencial para a proteção dos demais direitos humanos, inclusive dos direitos econômicos, sociais e culturais.”

A despeito desse discurso, que tem sido hegemônico na sociedade da informação, de que na contemporaneidade a informação seria direito e, portanto, acessível a todos, a informação pode ser compreendida como bem material disponível apenas para algumas parcelas da sociedade, que se tratam geralmente daquelas que possuem recursos para adquiri-la, na mesma medida em que ela é negada aos marginalizados do sistema capitalista. Nesse contexto, informações têm sido estruturalmente negadas a parcelas da população impedindo que esses sujeitos tenham possibilidade de compreender e agir sobre sua condição na sociedade. Vitorino e Piantola (2009) consideram que a informação é selecionada, organizada e distribuída de forma que determinados grupos sejam favorecidos.

O acesso de minorias sociais à informação é desigual, sendo que as mulheres ainda possuem condições de acesso desniveladas quando comparadas aos homens (CEPAL, 2013). Neuman (2016) salienta que em países subdesenvolvidos e na relação com outras opressões, a assimetria de gênero se torna mais crítica, diminuindo ainda mais as condições de mulheres utilizarem informações para exercício de seus direitos e para uma atuação social. Em diversas partes do globo a autora identifica uma falha ao relacionar políticas informacionais com questões de gênero, não considerando fatores culturais arraigados em nossa sociedade e que geram obstáculos específicos às mulheres e meninas, tais como analfabetismo, responsabilidades domésticas, imobilidade, e falta de



consciência, fatores que desempenham papel relevante quando falamos nas assimetrias de gênero no exercício do direito à informação.

Ventura (2009, p. 19) sinaliza que os direitos reprodutivos “[...] são constituídos por princípios e normas de direitos humanos que garantem o exercício individual, livre e responsável, da sexualidade e reprodução humana.” Ou seja, é direito de toda pessoa decidir sobre o número de filhos e os intervalos entre seus nascimentos, assim como ter acesso aos meios necessários para tal, sem sofrer discriminação, coerção, violência ou restrição qualquer que seja. Já, os “[...] direitos sexuais dizem respeito à igualdade e à liberdade no exercício da sexualidade. O que significa tratar sexualidade e reprodução como dimensões da cidadania e, conseqüentemente, da vida democrática” (Ávila, 2003, p. 466).

Ventura (2009) estabelece que a natureza dos direitos sexuais e reprodutivos envolve questões como direitos à vida e sobrevivência, à saúde sexual e reprodutiva, a liberdade, segurança, a não-discriminação, livre escolha da maternidade/paternidade, ao casamento, à filiação, à proteção social, entre outros. A autora diz ainda que os direitos reprodutivos também se trata de direito à informação e educação para tomada de decisão consciente.

Visando refletir sobre a ampliação e garantia de acesso à informação sobre direitos sexuais e reprodutivos, compreendemos que o desenvolvimento da competência em informação por profissionais da informação e educadores têm papel preponderante nesse cenário. Isto porque, a competência em informação, unida a outras ações de formação, pode contribuir para que sujeitos munidos de habilidades, conhecimentos e atitudes tenham maior acesso à informação. Dessa forma, a competência em informação pode ser considerada um dos meios para “[...] minimizar as desigualdades sociais e oportunizar o acesso e uso adequado da informação, promovendo oportunidades semelhantes às comunidades” (Vitorino, 2016, p. 388).

Vale pontuar que a competência em informação, pode ser entendida como um “[...] processo contínuo de internalização de fundamentos conceituais, atitudinais e de habilidades necessário à compreensão e interação permanente com o universo informacional e sua dinâmica” (Dudziak, 2001, p. 143). Além disso, Jacobs (2008) menciona que a competência em informação está relacionada com fatores políticos e



sociais; seu desenvolvimento e sua aplicação não se dão separados dos contextos aos quais os indivíduos estão submetidos. Assim, é parte de um contexto político, social e ideológico, de forma que esses fatores não podem ser ignorados quando se pensa uma competência em informação que extrapola as questões operacionais, mas que justamente entenda aspectos contextuais políticos e sociais inerentes a ela.

Em complemento vale mencionar o objetivo 5 da Agenda 2030, que se volta especialmente para a igualdade de gênero. Em especial, a meta 5.6 que trata especialmente do acesso à saúde e direitos sexuais e reprodutivos, assim como reforça aplicação de medidas em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim. Ainda relacionado ao objetivo 5, a meta 5.b estabelece a necessidade de esforços para aumentar o uso de tecnologias de informação e comunicação por mulheres. No contexto da agenda, não é apenas o objetivo 5 que se volta as questões de gênero, ainda que ele tenha uma especificidade nesse ponto, todos os objetivos se propõem a serem sensíveis as diversidades, mas vale também, no contexto desta pesquisa, evidenciar o objetivo 16.10, que trata da garantia de acesso público à informação em conformidade com a legislação nacional e acordos internacionais (ONU, 2015). Entendemos neste contexto, que os movimentos em prol do acesso à informação, tecnologia e habilidades direcionada aos direitos sexuais e reprodutivos, presumem uma contribuição aos objetivos de desenvolvimento sustentável proposto pela agenda, a qual o Brasil e o mundo têm realizado esforços para alcançar.

Tendo em vista o cenário apresentado e as investigações empreendidas por uma das autoras em sua tese, pretendemos traçar aqui um debate inicial, que nos permita identificar possíveis contribuições da competência em informação para o acesso à informação relacionada aos direitos sexuais e reprodutivos. Os objetivos específicos são mapear produções que relacionem a competência em informação aos direitos sexuais e reprodutivos, e relacionar essas pesquisas com debates sobre acesso à informação e desinformação desenvolvidas nesse contexto.

Quanto aos procedimentos metodológicos, esta pesquisa é descritiva, com abordagem qualitativa e delineamento bibliográfico não exaustivo. Inicialmente realizamos um levantamento bibliográfico relacionando acesso à informação com

questões de gênero, feminismo e mulheres, dos resultados obtidos foram selecionados os textos que perpassavam debates sobre direito sexual e reprodutivos. Em um segundo momento realizamos um levantamento bibliográfico sem recorte temporal, em inglês e português, com termos como direitos reprodutivos, saúde reprodutiva, aborto, contracepção, parto e planejamento familiar, relacionados a competência em informação, desinformação e acesso à informação. Esse levantamento foi realizado nas bases de dados do Google Acadêmico, Portal de Periódicos da Capes, Biblioteca Digital de Teses e Dissertação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (BDTD/IBICT), Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) e no periódico *Communications in Information Literacy* (CIL) visto sua especificidade na competência em informação. Após o levantamento foi realizada a leitura dos resumos, excluídos os trabalhos duplicados, editoriais de periódicos e que não atendiam aos objetivos desta pesquisa. No total 18 textos foram selecionados, sendo que quatro deles relacionavam a competência em informação aos direitos sexuais e reprodutivos, e os demais tratavam do acesso à informação e desinformação relativa a essa temática.

Ainda que, neste levantamento, o número de trabalhos recuperados que de fato relacionam a competência em informação a questões de direitos sexuais e reprodutivos sejam relativamente pequenos, nos propomos aqui a iniciar um debate teórico sobre as possíveis relações entre o acesso à informação acerca de direitos sexuais e reprodutivos e a competência em informação.

2 O PAPEL DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NO ACESSO À INFORMAÇÃO

O debate em torno das desigualdades sociais e a consequente desigualdade de acesso, apropriação e uso da informação, realizado na Ciência da Informação, impulsionou a aproximação da competência em informação dos debates sobre emancipação das minorias sociais e da justiça social (Pellegrini; Vitorino; Herrera, 2021). Compreendemos, neste contexto, o papel expressivo de profissionais da informação e unidades de informação no enfrentamento à desigualdade, principalmente no que se refere à desigualdade de gênero e na democratização do acesso à informação.



É plausível refletir que a biblioteca, o arquivo e o profissional da informação se apresentam como fator fundamental na disponibilização e democratização de acesso à informação para as mulheres. Entretanto, mais do que acesso, é relevante que estas mulheres possuam habilidades informacionais, pensamento reflexivo e análise crítica, que lhes permitam utilizar tais informações para compreender e agir sobre os processos de opressão do sistema patriarcal ao qual estão submetidas.

O conjunto integrado dessas habilidades informacionais, somadas a conhecimentos e atitudes são conhecidos como a competência em informação, para a *The Library and Information Association* (CILIP) a competência em informação pode ser entendida como a habilidade de

[...] pensar criticamente e fazer julgamentos equilibrados sobre qualquer informação que encontrarmos e usarmos. A competência em informação pode nos formar como cidadãos para alcançar e expressar pontos de vista informados e se envolver plenamente com a sociedade. (CILIP, 2018, p. 3, tradução nossa)

Podemos considerar que a competência em informação consiste no reconhecimento da necessidade de informação, na capacidade da pessoa para identificar, localizar, avaliar criticamente, organizar e utilizar informações para resolver problemas, preencher lacunas ou criar novos conhecimentos, possibilitando mudanças da realidade (Dudziak, 2013). Para Ward (2006) a competência em informação pode ser considerada um conjunto mais amplo do que as práticas atuais de formação têm salientado, isso porque além das habilidades de busca e seleção, engloba fatores como pensamento crítico, motivação e qualidade de vida.

No que tange a desinformação, Camarero, Herrero-Diz e Varona-Aramburu (2022) e Silva e Gomes (2022) entendem que a desinformação se refere à disseminação de informações falsas, enganosas ou incorretas com a intenção de induzir ao erro, confundir ou manipular. Isso pode incluir notícias falsas, boatos, desinformação intencionalmente criada para causar dano, informações descontextualizadas, manipuladas ou mal interpretadas. A desinformação pode ser disseminada através de vários meios, incluindo mídias sociais, meios de comunicação tradicionais e boca a boca. O fenômeno da



desinformação tem sido objeto de crescente preocupação devido ao seu potencial impacto na sociedade, na política e na percepção da realidade.

Entendemos que pode afetar a vida das mulheres de várias maneiras, visto que muitas vezes perpetua estereótipos de gênero prejudiciais, reforçando papéis tradicionais e expectativas sociais que podem limitar as oportunidades das mulheres e reforçar desigualdades de gênero. Além disso, a desinformação pode minimizar ou justificar a violência contra as mulheres, contribuindo para a normalização de comportamentos abusivos e prejudiciais. Também pode levar à disseminação de notícias falsas sobre questões relacionadas às mulheres, incluindo violência de gênero, direitos reprodutivos e igualdade de gênero, o que pode distorcer a percepção pública dessas questões. (Camarero; Herrero-Diz; Varona-Aramburu, 2022).

Guimarães (2023, p. 200), ao falar da desinformação entende que esse é

[...] um processo muito mais sofisticado e estrutural do que uma mera mentira, falsidade ou manipulação. Se serve de instrumento para a naturalização interessada de ideias invertidas, parciais, generalizantes, é porque expressa uma ordem econômico-social ela própria invertida (pelo processo de alienação) e assentada sobre a crença e os esforços de parecer universal e eterna, apesar de ser apenas uma experiência histórica e particular entre muitas outras formas sociais que já existiram e que ainda podem existir.

Em paralelo, Silva e Gomes (2022) indicam que a competência em informação desempenha um papel crucial no contexto da desinformação. Ela pode preparar os usuários a avaliar criticamente as informações que encontram, identificar possíveis vieses e fontes duvidosas, e buscar fontes confiáveis e verificadas. Relacionando as posições dos autores anteriormente citados delineamos que a competência em informação, entendida sobre uma perspectiva coletiva e contextual, pode contribuir para compreender aspectos mais profundos que permeiam a análise da informação e a identificação da desinformação, assim como seu impacto na realidade.

Sobre a relação da competência em informação com as questões de gênero, Fields (2001) argumenta que uma importante contribuição dos bibliotecários para reduzir as desigualdades de gênero no ambiente informacional é testar novas estratégias de ensino para desenvolver a competência em informação em mulheres. Inferimos então que a



competência em informação pode se apresentar como ferramenta que amplia condições de busca e uso da informação e como possibilidade nas ações promovidas para ampliar o acesso de mulheres e meninas.

Os estudos da competência em informação voltados para as minorias sociais, tais como o movimento para emancipação das mulheres, podem colaborar no equilíbrio entre conhecimento e acesso irrestrito à informação por todos, bem como a enfrentar preconceitos sociais, culturais, raciais, de gênero, etc. Corroborando com isso, Brisola e Romeiro (2018) consideram relevante o desenvolvimento de uma competência em informação baseada em uma leitura crítica da informação, possibilitando às pessoas serem autônomas e criativas para interferir na realidade, ampliando a participação cidadã dos sujeitos, visando a construção de uma sociedade mais justa e consciente, que possa ampliar suas produções para além das perspectivas hegemônicas capitalistas de produção de informação e do conhecimento.

Em consonância com tal argumento, Melo (2019), em sua pesquisa com mulheres negras, identificou que a competência em informação sob uma abordagem crítica possui um papel social relevante, podendo se apresentar como ferramenta para minimizar os impactos do patriarcado, racismo e capitalismo sobre as mulheres. Sobre a contribuição da competência em informação no enfrentamento às relações de submissão e opressão das mulheres, Melo (2019, p. 97) indica algumas habilidades iniciais identificadas, tais como a

[...] reflexão sobre suas necessidades informacionais; o desenvolvimento de um senso crítico informacional, no que diz respeito às informações e às situações que essas mulheres são submetidas; e o uso da informação construída como forma de empoderamento individual e coletivo.

Por fim, é importante entender a informação como essencial na consolidação dos direitos das mulheres, assim como a falta de informação pode levar à criação de políticas públicas inadequadas e restringir o desenvolvimento de pesquisas nessa área, comprometendo o trabalho de organizações que visam a implementação dos direitos já conquistados (Artigo 19, 2016). Portanto, a competência em informação se apresenta como um dos meios para realizar o enfrentamento a essas desigualdades.



Para Pellegrini, Vitorino e Herrera (2021) a promoção de ações que visam desenvolver a competência em informação sensível às questões de gênero, envolve a conscientização, o incentivo ao senso crítico, ao processo de apreender constantemente, o desenvolvimento de habilidades digitais e de comunicação, assim como uma perspectiva coletiva de desenvolvimento feminista para transformação da realidade social. A partir da fala das autoras podemos inferir que a competência em informação se distancia das perspectivas mais mercadológicas voltadas a otimização da produção de lucro pelo capital e se aproxima de debates voltados à justiça social, à emancipação de minorias sociais e às perspectivas coletivas de ações no enfrentamento das desigualdades.

A compreensão do papel social das bibliotecas pode ser entendida a partir de uma gama de ações de profissionais da informação. No que tange aos processos educativos promovidos por essas instituições, entendemos que a competência em informação é uma destas possibilidades. Assim, a competência em informação, como uma possibilidade conjugada de ações educativas e culturais, “[...] é central para os profissionais da informação, pois eles criam, realizam curadoria e permitem o uso de diversos tipos de informação de maneira ética.” (CILIP, 2018, p. 7).

No que tange o acesso à informação, consideramos que há um longo percurso teórico a ser desenvolvido, visto que ainda há uma incipiência de debates sobre o acesso à informação voltado para mulheres e como a competência em informação pode contribuir para maximizar esse recurso, principalmente em populações vulneráveis. Apesar desse cenário, entendemos que os autores mencionados nessa seção, de forma geral, evidenciaram a relevância do acesso à informação no enfrentamento à desigualdade de gênero. Nesse contexto, cabe à Ciência da Informação expandir seus debates sobre acesso à informação e democratização da informação de maneira a alcançar mulheres e meninas que até então têm sido desfavorecidas nesse processo, dando-lhes condições de converter a informação em ferramenta de luta e transformação.

3 O QUE SÃO DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS?

Essa noção de Direitos - inicialmente - reprodutivos é constituída pela prática de mulheres sobre a demanda da esfera reprodutiva da vida. Durante o século XIX e a primeira metade do século XX surgem publicamente os movimentos por direitos femininos, esses



por sua vez reivindicam acesso à educação e ao voto, relacionados à busca por igualdade. É também nesse momento que iniciam as movimentações em torno da regulação da fecundidade como assunto político, estabelecendo desta forma como um campo de enfrentamento no processo histórico de estruturação da cidadania para as mulheres, que inicialmente lutam para garantir o controle do seu próprio corpo, da sua fecundidade e saúde. Podemos considerar então que a formalização de conceito de direitos reprodutivos é bastante recente, e pode ser visto como uma redefinição do pensamento e luta feminista sobre liberdade reprodutiva (Ávila, 2003).

Para Ávila (2003) a noção de direitos sexuais separados, mas correlatos ao conceito de direitos reprodutivos, reflete a relevância de considerar a sexualidade separado da reprodução, de maneira a garantir autonomia a esses dois aspectos da vida, que apesar de relacionados referem-se a diferentes esferas da vida social. Para Carloto e Damião (2018, p. 308) a “[...] separação entre sexualidade e reprodução possibilita contestar a heterossexualidade compulsória, segundo a qual apenas as relações entre homem e mulher são naturais, relegando à sexualidade feminina a função estritamente reprodutiva”.

Em 1994, no Cairo, realizou-se a Conferência Internacional da ONU sobre População e Desenvolvimento (CIPD) e no capítulo VII da Plataforma de Ação do Cairo, os direitos reprodutivos estão definidos da seguinte forma:

Os direitos reprodutivos abrangem certos direitos humanos já reconhecidos em leis nacionais, em documentos internacionais sobre direitos humanos, em outros documentos consensuais. Esses direitos se ancoram no reconhecimento do direito básico de todo casal e de todo indivíduo de decidir livre e responsavelmente sobre o número, o espaçamento e a oportunidade de ter filhos e de ter a informação e os meios de assim o fazer, e o direito de gozar do mais elevado padrão de saúde sexual e reprodutiva. Inclui também seu direito de tomar decisões sobre a reprodução, livre de discriminação, coerção ou violência (§ 7.3).

Os direitos reprodutivos nascem da luta feminista por participação igualitária na política, uma vez que as responsabilidades de cuidado com os filhos têm sido atribuídas quase que de maneira exclusiva às mulheres, o que de certo modo as exclui da vida política (Davis, 2011). Evidenciamos que inicialmente os debates feministas nesse campo se direcionavam ao aborto e a contracepção, visto que direito à maternidade estava posto.



Mas com o tempo, e o uso de métodos contraceptivos aplicados de forma irresponsável por diversos países, causando esterilização de diversas mulheres, quase sempre pobres e negras, o debate se torna mais amplo, incorporando as questões relacionadas à contracepção, à maternidade segura e tecnologias reprodutivas (Davis, 2011). Para Ávila (2003) questões como contracepção, concepção, parto e aborto são entendidos como interligados, e a impossibilidade de acesso a qualquer um deles é prejudicial à autonomia, saúde e liberdade das mulheres. Nesse contexto, emergem questionamentos mais críticos sobre a ampliação dos direitos sexuais e reprodutivos, para além da saúde da mulher sem com isso desconsiderar sua importância na efetivação destes direitos.

Outro percurso dos debates feministas é a percepção dos direitos reprodutivos como meros direitos individuais, destacamos aqui a importância de entender os direitos reprodutivos como uma fusão de direitos individuais, autonomia, liberdade e direitos sociais de saúde e educação (Ventura, 2009; Davis, 2011). Vale ainda pontuar sobre um debate acerca do conceito de direitos sexuais e reprodutivos, que segundo Correa e Petchesky (1996) referiam-se a sua linguagem indeterminada, sua inclinação individualista, sua presunção de universalidade e a dicotomização que apresenta das esferas de público e privado. As autoras, entretanto, compreendem que em lugar de abandonar os discursos dos direitos, é importante reconstruí-los de forma a especificar questões de gênero, sexo, raça, classe, etnia, etc, e ao mesmo tempo reconhecer as necessidades sociais das mulheres.

O entendimento é que os direitos sexuais e reprodutivos, principalmente para as camadas mais pobres, não podem ser desvinculados de condições materiais e sociais para sua aplicação. Dessa forma, à medida que mulheres negras, latino-americanas e demais mulheres de países periféricos do sistema capitalista, passaram a lutar pelos significados dos direitos sexuais e reprodutivos, estes significados se expandiram. Desde então, trouxeram melhores compreensões sobre as questões estruturais que restringem as decisões sexuais e reprodutivas, assim como cortes nos investimentos sociais, falta de transporte, água, condições sanitárias, analfabetismo e pobreza. Direitos sexuais e reprodutivos têm sentido de confronto político no campo da ética, da moral e das relações de classe, gênero e raça (Correa; Petchesky, 1996).

A partir do exposto, entendemos que os direitos sexuais e reprodutivos tratam das condições, sobretudo de mulheres, de escolherem sobre sua autonomia, sua sexualidade e se e quando ter filhos. Tais decisões precisam ser realizadas de maneira informada, ou seja, é essencial que informações fidedignas, científicas e não dogmáticas deem subsídio para que essas mulheres façam escolhas conscientes para suas vidas e famílias. É nesse contexto que identificamos um potencial de intervenção de profissionais da informação, na promoção de ações de desenvolvimento da competência em informação que auxiliem as mulheres, principalmente das camadas mais pobres, a acessar informações que lhes permitam conhecer os diversos aspectos que envolvem seus direitos sexuais e reprodutivos.

4 DESINFORMAÇÃO E FALTA DE ACESSO À INFORMAÇÃO SOBRE DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

As pessoas necessitam de informações para exercerem plenamente seu direito a escolhas e saúde reprodutiva. Ao realizar escolhas como planejamento familiar, métodos contraceptivos e relativo à sexualidade sem as devidas informações, as mulheres podem ser afetadas negativamente em questões como o espaçamento entre os filhos, quais os métodos contraceptivos mais seguros, quais escolhas são possíveis optar na hora do parto e até mesmo o desejo de ter ou não filhos. Essas decisões de maneira pouco informada, podem deixar mulheres suscetíveis a escolhas prejudiciais à sua saúde e a vida de sua família. Entende-se que medidas informacionais – sejam governamentais ou não – podem promover, desencorajar ou proibir determinadas questões relativas aos direitos sexuais e reprodutivos, sem considerar o impacto na saúde das mulheres e seu direito de tomar decisões informadas sobre sua vida e da sua família (Coliver, 1995).

Coliver (1995) pondera que o direito à informação se relaciona de maneira indivisível com as questões de escolhas, sexualidade e saúde reprodutiva. Dessa maneira, a autora entende que esse grupo de direitos está diretamente relacionado a outros, tais como o direito à informação, à liberdade de expressão, à igualdade e não discriminação, direitos à vida e à saúde, integridade física e dignidade humana, tal como o direito de tomar decisões livres e informadas sobre aspectos fundamentais da vida familiar, incluindo se e quando ter filhos.



Entretanto, há desafios para que de fato as mulheres possam acessar informações sobre essa temática. Empecilhos políticos, econômicos, religiosos impactam nas informações que mulheres possuem sobre direito reprodutivo e saúde reprodutiva. Podemos entender, nesse sentido, que o acesso à informação se relaciona com a possibilidade de obter direitos sexuais e reprodutivos por parte das mulheres.

No que tange ao acesso à informação relacionada à saúde e sexualidade de mulheres, muitos temas têm sido debatidos, principalmente aqueles relacionados à contraceptivos, planejamento familiar, direito ao aborto, parto humanizado, saúde da gestante, entre outros. Com aporte de Manivannan (2015, p. 2-3) entendemos que barreiras econômicas, sociais e culturais podem impedir que mulheres busquem e acessem informações relacionadas à saúde. Entre essas barreiras podemos salientar “[...] a falta de educação e alfabetização, consciência de como acessar informações públicas, confiança para buscar informações e tempo, devido aos papéis de gênero na criação dos filhos e no trabalho doméstico.” Diante desse cenário, cabe ao estado fornecer as informações necessárias, estabelecendo programas e ações que garantam a essas mulheres informações relacionadas a sua saúde e da sua família, promovendo um ambiente informacional que favoreça o trabalho de profissionais da saúde, jornalistas e outros profissionais interessados em divulgar informações relevantes (Manivannan, 2015).

Evidenciamos que o acesso à informação em saúde e aos serviços de saúde pertinentes desempenha um papel fundamental para as mulheres tomarem decisões informadas acerca de sua saúde. Por outro lado, a ausência dessas informações aumentam a probabilidade de que as mulheres tenham decisões de saúde inadequadas, o que pode resultar em impactos negativos na sua saúde e daqueles que estão sob seus cuidados (Kassim; Ndumbaro, 2021).

É importante ponderarmos que tanto mulheres quanto homens necessitam de informações sobre questões relativas à sua fisiologia reprodutiva, o impacto da gravidez na saúde, as formas pelas quais as infecções podem ser transmitidas sexualmente, as formas pelas quais o risco de transmissão pode ser minimizado, os benefícios e riscos de métodos de contracepção e opções seguras a serem consideradas quando esses métodos falham. Mas precisamos ter em mente que falsas informações, mitos e rumores sobre esses assuntos podem impedir as pessoas de terem acesso. Mesmo em países onde as mulheres



aparentemente possuem acesso às informações sobre saúde, existe uma censura sutil de informações sobre controle de natalidade, aborto, sexualidade e infecções sexualmente transmissíveis, que acabam impedindo que elas acessem informações completas atuais e imparciais sobre coisas que impactam diretamente suas vidas e direitos (Coliver, 1995; Kuhl, 2003).

Ainda nesse contexto, Neuman (2016) argumenta que o acesso à informação pode contribuir para que mulheres realizem escolhas mais condizentes com suas necessidades e possam exercer poder sobre seu próprio corpo. A autora ainda reflete que, a “[...] saúde sexual e reprodutiva depende, pelo menos em parte, de comportamentos que são afetados pelo acesso à informação.” (Neuman, 2016, p. 89). A exemplo disso, podemos mencionar que são necessárias informações médicas e científicas confiáveis sobre métodos contraceptivos visando dissipar mitos e rumores, principalmente em populações vulneráveis (Coliver, 1995). Kuhl (2003) pondera que em muitos países as mulheres têm se utilizado de medicamentos contraceptivos sem informações adequadas e/ou prescrição médica, fato que pode gerar sérios problemas a sua saúde e não permitir que o medicamento tenha o efeito desejado.

Ferrera *et al.* (2019), ao estudar o uso de métodos contraceptivos, destaca que, apesar de as mulheres demonstrarem um nível de conhecimento sobre os métodos contraceptivos, nem sempre os utilizavam corretamente. Isso sugere a presença de desinformação ou lacunas no entendimento sobre a aplicação adequada dos métodos contraceptivos, ressaltando a importância de combater a desinformação e garantir que as mulheres recebam informações precisas e completas.

No que se refere à questão do aborto, a declaração de Pequim orienta que esse procedimento não seja utilizado como planejamento familiar, mas que as instituições governamentais devem se engajar para lidar com questões relacionadas ao aborto, principalmente os impactos do aborto inseguro. Esta declaração foi subscrita sem reservas pelo Brasil¹, o que indica que embora não seja uma afirmação de que o aborto deva ser legalizado para de fato um alcance dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, trata-

¹ BRAZIL. RUTH CARDOSO. Statement by Dr Ruth Cardoso Head of the Brazilian Delegation to the IV Conference on Women. **UNDP**. Pequim. set. 1995. Disponível em: <https://www.un.org/esa/gopher-data/conf/fwcw/conf/gov/950906123226.txt>. Acesso em: 13 ago. 2022.



se ao menos um avanço no reconhecimento da questão como saúde pública (Almeida; Silva, 2019).

Kavanaugh, Jerman e Frohwirth (2019) investigaram barreiras de informação enfrentadas por mulheres sobre o aborto, e indicam que a falta de informações acessíveis sobre o aborto e seus cuidados levam as mulheres a questionarem a segurança do procedimento. A falta de clareza acerca desse procedimento criou um clima de dúvida em torno do procedimento, mesmo em lugares e ocasiões em que ele é legalizado. Além disso, Reilly (2016) reflete que a desinformação pode impactar negativamente a capacidade das mulheres de tomar decisões informadas e autônomas sobre sua saúde reprodutiva. Portanto, é crucial abordar a desinformação relacionada ao aborto para garantir que as mulheres tenham acesso à informações precisas, imparciais e baseadas em evidências ao considerar suas opções reprodutivas.

A *American Library Association* considera que os sujeitos têm direito “de buscar e receber informações de todos os pontos de vista, sem restrições.” (ALA, 2007, *online*), assim procedimentos que prejudicam o acesso à informação sobre aborto violam direitos de médicos e pacientes de obterem acesso a práticas mais informadas, e impedem que tanto as mulheres, quanto os profissionais de saúde tomem decisões conscientes sobre essa questão. Compreendemos que o acesso das mulheres às informações confiáveis, claras e completas sobre aborto e saúde sexual, ainda encontra muitos obstáculos.

É neste contexto que o relatório “Acesso à informação e aborto legal: mapeando desafios nos serviços de saúde”, publicado pela organização Artigo 19 (2019, p. 33), identificou que as “[...] obstruções ao acesso à informação sobre saúde sexual e reprodutiva - desde métodos contraceptivos até aborto legal - impedem a efetivação de direitos da mulher [...]” Na pesquisa realizada pela Artigo 19, com 176 estabelecimentos brasileiros que oferecem aborto legal, de acordo com os permissivos da legislação, identificou-se uma grande dificuldade de acesso à informação sobre o procedimento, e falta de preparo das equipes de saúde para responder dúvidas e questionamentos sobre o processo.

Vale ainda mencionar, que um relatório realizado pela MSI (2021) enfatiza a necessidade de um foco dedicado em combater a desinformação relacionada a saúde sexual e reprodutiva, especialmente em relação ao aborto, devido a dois desafios específicos identificados sobre essa questão. O primeiro relativo ao fato que a educação sexual deve ser



precisa e confiável, e estar ligada à igualdade de gênero de maneira mais amplas, já a segunda refere-se à complexidade de informar sobre esses temas tendo em vista o contexto religioso que pode propagar informação não científicas e falaciosas, inclusive em contexto médico. Esses desafios tornam a desinformação relacionadas à saúde sexual e reprodutiva urgentes e particularmente complexas de abordar, tornando crucial que haja um compromisso explícito de instituições e governos em enfrentar a desinformação neste contexto.

Considerando essa pontuação, indicamos que apesar da importância de estar informadas sobre questões relativas ao aborto, é essencial que órgãos responsáveis pelo acolhimento dessas mulheres também se preparem para promover acesso à tais informações. É fundamental que secretarias de saúde e de política, voltadas para mulheres, informem o público sobre seus direitos, trabalhem na sociedade para compartilhar informação sobre o aborto legal, e que as unidades de saúde possam prover informações e preencher lacunas informacionais que aumentam a desigualdade de gênero e colocam em risco a vida das mulheres (Artigo 19, 2019).

Pagoto, Palmer e Horwitz-Willis (2023) consideram algumas medidas para combater a disseminação de desinformação sobre os direitos ao aborto, tais como estabelecer esforços coordenados para documentar e combater a desinformação sobre o aborto, especialmente em comunidades marginalizadas; implementar uma agenda de pesquisa em saúde pública sobre o "infodemia" do aborto para desenvolver esforços de saúde pública baseados em evidências. Promover o financiamento federal para pesquisas que permitam aos pesquisadores estudar e abordar efetivamente os ecossistemas de desinformação em evolução, educar o público sobre as consequências das proibições à prática do aborto, fornecer informações precisas e acessíveis sobre o aborto para pacientes, formuladores de políticas e o público em geral. Impulsionar esforços de saúde pública para mitigar os impactos negativos da desinformação sobre pacientes, prestadores de cuidados de saúde e formuladores de políticas, assim como, combater ativamente a desinformação sobre o aborto, incluindo mitos sobre riscos à saúde, procedimentos perigosos e consequências falsas. Para as autoras, essas medidas podem contribuir significativamente para reduzir a disseminação de informações falsas e promover informações mais precisas e confiáveis sobre esse tema.

Entendemos também, que em países cujo aborto ainda não é descriminalizado, como o Brasil, esse acesso à dados, informações e conversas com profissionais e pesquisadores sobre o tema, podem auxiliar para um debate mais democrático, menos carregado de estigmas, concepções religiosas e maniqueísmos. Garantindo a população participar das escolhas públicas e políticas a partir de informações científicas e atuais.

No que se refere ao acesso à informação sobre parto, Carvalho (2020) afirma que o acesso à informação pode se apresentar como aspecto essencial no reconhecimento das mulheres sobre sua saúde, direito ao próprio corpo e escolhas durante o período gestacional. A autora ainda identifica, que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) se apresentam como fator relevante para diminuir as desigualdades de acesso à informação por gestantes, isso porque, entre os dados do seu estudo, é possível identificar que gestantes com maior nível de escolaridade e poder aquisitivo, possuem mais acesso à informação do que os demais grupos gestacionais.

Goetz *et al.* (2017) indicam que as gestantes buscam essas ferramentas para se apropriar de informações e conhecimentos sobre sua saúde e dos seus filhos, e para se preparar melhor para o período gestacional, trabalho de parto, parto e amamentação. Carvalho (2020) ao analisar esse processo, argumenta que as mulheres identificam dúvidas que surgem durante o acompanhamento pré-natal, procuram as TIC para complementar essas informações, podem se sentir confusas com a quantidade de informações dispostas nessas ferramentas, procuram profissionais de saúde que possam auxiliar na compreensão dessas informações, e por fim se sentem mais seguras para identificar e planejar o parto que desejam. Podemos identificar a partir dos dados trazidos por Carvalho (2020), que o processo de busca, avaliação e apropriação da informação, assim como sua aplicação em uma situação real – pressupostos da competência em informação – estão presentes quando se trata de informações sobre a gestação.

Além das questões relacionadas à gestação e parto, Ferreira, Costa e Melo (2014) evidenciam que a falta de políticas públicas de saúde voltadas para o acesso à informação por parte das mulheres e suas famílias, favorece a não efetivação do planejamento familiar. Para Coliver (1995) as informações acerca do planejamento familiar são cruciais para reduzir gestações indesejadas, espaçar os partos, proteger contra infecções sexualmente transmissíveis, promover a saúde materna e infantil e dar às mulheres mais tempo, energia



e capacidade de exercer controle sobre suas vidas. Sobre esse tema, Solano (2015, p. 124) em sua pesquisa sobre acesso à informação e saúde sexual e reprodutiva identificou que suas entrevistadas consideravam informações sobre saúde sexual e reprodutiva e planejamento familiar importantes, reconhecem que essas informações ajudam “[...] no momento de decidir a quantidade de filhos que querem ter e como isso pode ajudar no sustento da família, e reconhecem que quanto mais filhos mais necessidades se devem cobrir.”

A autora também identificou que geralmente as mulheres só recebiam essas informações depois de engravidarem ou estarem com sintomas de gravidez, além disso na maioria das vezes a “[...] informação que têm recebido sobre o tema está relacionada à maternidade e não ao pleno desfrute de sua sexualidade com responsabilidade” (Solano, 2015, p. 124). Compreendemos que informações sobre planejamento familiar podem sofrer diversas influências sociais, culturais, políticas, religiosas, e pode ser impactado principalmente pela falta de políticas públicas que de fato tornem informações sobre esse assunto acessíveis.

Kassim e Ndumbaro (2021) investigaram os desafios enfrentados pelas mulheres em áreas rurais da Tanzânia em relação ao planejamento familiar. Esses desafios podem incluir preferência por métodos não comprovados, acesso limitado à informações confiáveis, sobrecarga de responsabilidades domésticas e falta de apoio dos parceiros masculinos. Esses fatores contribuem para uma menor eficácia na prevenção da gravidez, dificuldades na busca de cuidados de saúde reprodutiva e na adoção de práticas contraceptivas eficazes, destacando a necessidade de abordagens abrangentes e sensíveis ao contexto para melhorar o acesso à informações e serviços de saúde reprodutiva em comunidades rurais

Além da falta de acesso à informação, podemos perceber que mulheres também enfrentam um cenário de estigmas e desinformação quando procuram se informar sobre seus direitos sexuais e reprodutivos. Wynn, Foster e Trussell (2009) ao estudarem os principais mitos e desinformações ligadas a questões sexuais e reprodutivas, identificaram algumas possíveis motivações para esse fenômeno, como educação sexual inadequada, informações enganosas e incorretas em currículos pedagógicos voltados para a abstinência, protocolos médicos que podem perpetuar mitos e equívocos sobre saúde sexual e



reprodutiva, ou crenças errôneas originadas de pesquisas antigas que foram posteriormente refutadas, e o uso da internet como fonte de informação única.

Desta forma, entendemos que a falta de acesso à informação e a desinformação têm impactado o alcance de mulheres aos seus direitos sexuais e reprodutivos, compreendemos que esse cenário indica um espaço de atuação da competência em informação, e das bibliotecas que podem agir para mitigar essas barreiras de acesso à informação e desenvolver ferramentas de combate a desinformação neste contexto.

5 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E ACESSO À INFORMAÇÃO SOBRE DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS EM BIBLIOTECAS

A partir desse cenário ponderamos que profissionais da informação, como o bibliotecário, podem mediar a descoberta e uso de informações relativas às questões sexuais e reprodutivas, assim como promover espaços profícuos de combate a desinformação e estigmas da sociedade sobre essa temática. Ponderamos que as bibliotecas como instituições acessíveis e democráticas devem voltar seu olhar para aspectos que impactam as comunidades onde elas estão alocadas, se tornando ponto nevrálgico de acesso à recursos, habilidades e conhecimentos para aqueles que mais precisam.

Tendo em vista essa atuação, identificamos nos estudos levantados ações promovidas para ampliação do acesso às informações sobre direito sexuais e reprodutivos. No que concerne a gestação e ao parto “[...] através de ações educativas como encontro com gestantes, utilizando os recursos que a biblioteca possui como livros com informações sobre parto, utilizando da sala multimídia caso a possua para filmes/documentários sobre o assunto.” (Antunes; Silveira, 2017, p. 5).

Adekannbi e Adeniran (2016) consideram que uma das áreas-chave onde a competência tem demonstrado ser essencial é no planejamento familiar. Programas desenvolvidos em comunidades vulneráveis, em parceria com unidades de saúde e voltados para o desenvolvimento de habilidades informacionais sobre o planejamento familiar, podem auxiliar a pesquisar e obter informações seguras e aplicáveis sobre essa temática.

Apesar desses pontos, associações de bibliotecários e demais profissionais da informação precisam atuar como defensores da informação para as mulheres, incluindo ingressar em organizações de direitos das mulheres, auxiliar no *lobby* em políticas sobre



essas temáticas e apoiar grupos feministas. Os profissionais da informação podem trabalhar com profissionais da saúde, assistentes sociais, trabalhadores de direitos humanos e organizações de mulheres, para que as unidades de informação desenvolvam papéis mais ativos na defesa de informações sobre saúde reprodutiva, educação relevante nas escolas públicas e programas de educação comunitária (Kuhl, 2003).

Ilo *et al.* (2021) entende que campanhas e programas que se voltam para a competência em informação podem auxiliar no processo de educação sexual, ajudando a reduzir taxas de desinformação sobre questões de reprodução e sexualidade, e melhorando o acesso à informação sobre saúde reprodutiva.

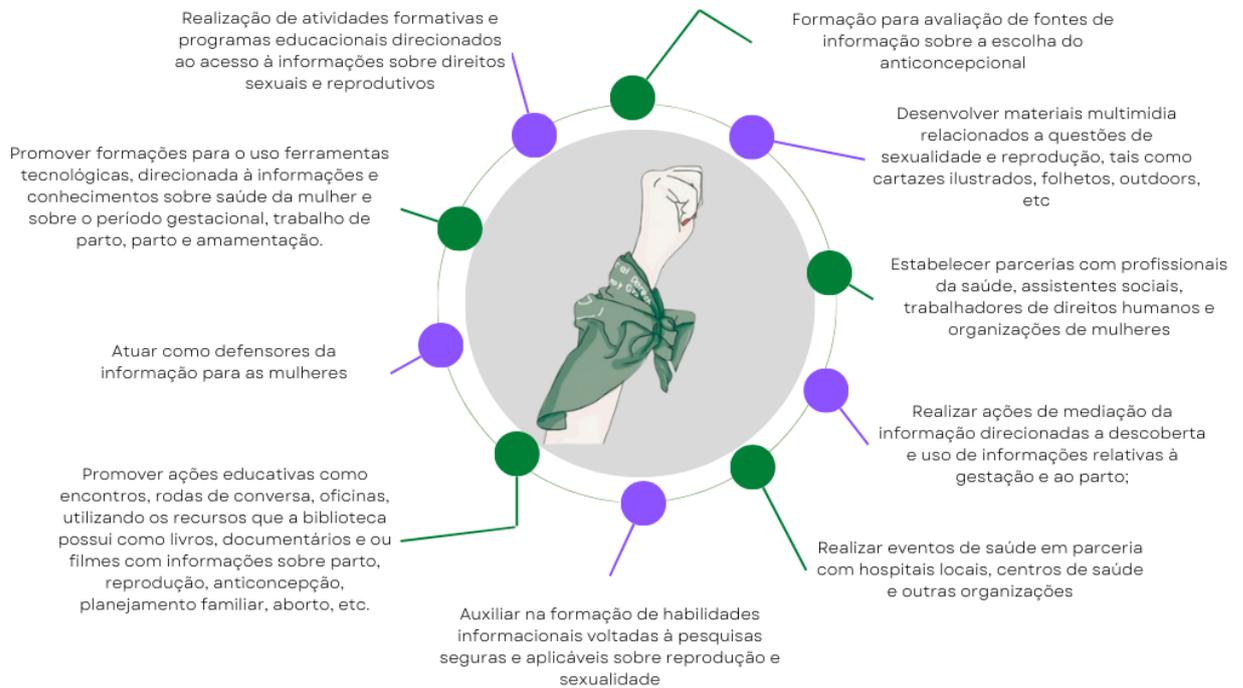
Eckerdal (2011) estudou a avaliação de fontes de informação por mulheres antes da escolha de um anticoncepcional e visualizou que o processo de busca da informação com profissionais de saúde e por fontes de informação seguras sobre métodos contraceptivos, pode ser influenciado pela competência em informação. Oyeronke (2012) entende que as bibliotecas podem contribuir realizando atividades formativas e programas educacionais, assim como auxiliando na promoção de informações sobre direitos sexuais e reprodutivos. Exemplificando essa possibilidade, a autora cita bibliotecas como a de Nova York que organiza eventos de saúde em parceria com hospitais locais, centros de saúde e outras organizações, além de contar com profissionais da saúde em seu corpo de trabalhadores.

Esse tipo de ação, assim como a conscientização sobre questões de saúde reprodutiva por meio de várias mídias, como cartazes ilustrados, folhetos, *outdoors*, etc. (Ilo *et al.*, 2021) podem ser atividades promovidas por bibliotecas e demais unidades de informação auxiliando o acesso de suas usuárias à informações sobre questões de sexualidade, autonomia sobre o próprio corpo e saúde.

Na figura 1, reunimos as ações identificadas na literatura levantada.



Figura 1 - Ações relacionadas a competência em informação que podem contribuir para o acesso à informação sobre direitos sexuais e reprodutivos



Fonte: elaborado pelas autoras com base nos dados da pesquisa.

Apesar dessa possibilidade de contribuição de profissionais da informação, reforçamos que os governos e instituições possuem responsabilidade em tornar acessível informações sensíveis aos direitos sexuais e reprodutivos, tais como informações sobre aborto legal, contraceptivos considerando sua forma de utilizar benefícios e malefícios, disponibilizar em larga escala possibilidades de planejamento familiar, possibilitar um parto informado e humanizado às mulheres, lhes dando todas as informações possíveis sobre esse processo e o puerpério, assim como informações sobre preservativos e infecções sexualmente transmissíveis.

Ainda que a responsabilidade não seja exclusiva dos profissionais da informação evidenciamos que o desenvolvimento de habilidades informacionais direcionadas à debates feministas, questões de gênero e direitos sexuais e reprodutivos, podem contribuir para que meninas e mulheres desenvolvam maiores possibilidades de acesso à informações sobre tais temáticas, lhes dando condições de exigirem seus direitos, de se mobilizarem coletivamente e de saberem onde buscar ajuda, de maneira que a competência em

informação e ação das unidades de informação se apresentem como relevantes nesse contexto.

6 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esta seção consiste em considerações iniciais, pois apresentamos aqui algumas reflexões ainda em fase exploratória, visto que se encontram em construção e pretendem ser melhor delineadas em momentos futuros. Porém, levando-se em conta os dados analisados, é possível perceber que ainda são incipientes as publicações que tratam sobre o acesso às informações e questões de direitos reprodutivos, sendo que aquelas que abordam especificamente a competência nesse contexto são mais raras ainda. Entendemos que a competência em informação, em sua perspectiva social e multidimensional, possui responsabilidade para com o acesso à informação, sobretudo de minorias sociais, tais como as mulheres. Ressaltamos a importância de que novas pesquisas sejam realizadas, como por exemplo, no sentido de evidenciar o papel da competência em informação na formulação de políticas públicas sobre direitos sexuais e reprodutivos; ou para debates teóricos e conceituais sobre o papel da competência em informação na descriminalização do aborto, entre outras possibilidades.

Por fim, podemos identificar que muito pode ser realizado por unidades e profissionais da informação para que essa temática esteja mais presente, não apenas em nossas pesquisas, mas também nas atividades cotidianas de educadores, bibliotecários, arquivistas e museólogos, que se proponham, em parceria com profissionais de saúde, assistentes sociais ou pesquisadores do assunto, a abrir espaços para debates feministas em seus locais de atuação.

REFERÊNCIAS

- ADEKANNBI, J. O.; ADENIRAN, O. M. Information literacy of women on family planning in rural communities of Oyo State Nigeria. **Information Development**, v. 33, n. 4, p. 351-360, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/305647355_Information_literacy_of_women_on_family_planning_in_rural_communities_of_Oyo_State_Nigeria. Acesso em: 05 mar. 2024.
- ALA - American Library Association. **Intellectual Freedom and Censorship Q & A**, 2007. Disponível em: <https://www.ala.org/advocacy/intfreedom/censorship/faq#ifpoint1>. Acesso em: 05 mar. 2024.



ALMEIDA, M. N.; SILVA, A. F. F. Voluntary and Compulsory Sterilization in Brazil and the Reproductive Rights of Women. **AG About Gender-Rivista internazionale di studi di genere**, v. 8, n. 15, 2019. Disponível em: <https://riviste.unige.it/index.php/aboutgender/article/view/1056>. Acesso em: 05 mar. 2024.

ANTUNES, C.; SILVEIRA, N. C. O papel do bibliotecário no acesso à informação: a escolha informada na opção do modelo de parto. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 18., 2017. **Anais [...]** Marília: Unesp, 2017.

ARTIGO 19. **Acesso à informação e direito das mulheres**. São Paulo: Artigo 19 Brasil, 2016. Disponível em: <https://artigo19.org/blog/2016/12/05/aceso-a-informacao-e-direitos-das-mulheres/>. Acesso em: 05 mar. 2024.

ARTIGO 19. **Violência Contra a Mulher no Brasil** – Acesso à Informação e Políticas Públicas, São Paulo: Artigo 19 Brasil, 2015. Disponível em: <https://artigo19.org/2015/03/09/violencia-contra-a-mulher-no-brasil-aceso-a-informacao-e-politicas-publicas/>. Acesso em: 05 mar. 2024.

ARTIGO 19. **Acesso à Informação e Aborto Legal**: mapeando desafios nos serviços de saúde, São Paulo: Artigo 19 Brasil, 2015. Disponível em: <https://artigo19.org/2019/06/19/aceso-a-informacao-e-aborto-legal-mapeando-desafios-nos-servicos-de-saude/>. Acesso em: 05 mar. 2024.

ÁVILA, M. B. Direitos sexuais e reprodutivos: desafios para a política de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, sup. 2. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/q9MctdsGhp3QSKspjfPt5Rx/>. Acesso em: 03 fev. 2024.

BRISOLA, A. C.; ROMEIRO, N. L. A competência crítica em informação como resistência: uma análise sobre o uso da informação na atualidade. **RBBB. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 68-87, 2018. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1054>. Acesso em: 03 fev. 2024.

CAMARERO CALANDRIA, E.; HERRERO-DIZ, P.; VARONA-ARAMBURU, D. Desinformación de género en Honduras: medios de comunicación y jóvenes frente a las noticias sobre violencia contra las mujeres. **Estudios sobre el Mensaje Periodístico**, Madrid, v. 28, n. 1, p. 41-52, 2022. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/ESMP/article/view/73263>. Acesso em: 20 fev. 2024.

CARLOTO, C. M.; DAMIÃO, N. A. Direitos reprodutivos, aborto e Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, n. 132, p. 306-325, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/vnGNyx7gwTS4QKvndBRPP3C/?format=pdf>. Acesso em: 03 fev. 2024.

CARVALHO, K. M. de. **Contribuições do uso de tecnologias da informação e comunicação pela mulher durante a gestação para o seu empoderamento no processo parturitivo e amamentação**. 2020. 157 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). **Mujeres em la economia digital**: superar el umbral de la desigualdade. (LC/L.3666), Montevideo, 2013. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/16561-mujeres-la-economia-digital-superar-umbral-la-desigualdad>. Acesso em: 03 fev. 2024.

COLIVER, S. The right to information necessary for reproductive health and choice under international law. In: COLIVER, S. (ed.). **The right to know**: human rights and access to reproductive health information. University of Pennsylvania Press, 1995.



CORREA, S.; PETCHESKY, R. Direitos sexuais e reprodutivos: uma perspectiva feminista. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 147-177, 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/K7L76NSSqymrLxfsPz8y87F/>. Acesso em: 03 fev. 2024.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2011.

DUDZIAK, E. A. **A information literacy e o papel educacional das bibliotecas**. 2001. 173 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Comunicação) – Universidade de São Paulo. Escola de Comunicação e Artes. São Paulo: USP, 2001.

DUDZIAK, E. A. Bibliotecário como agente multiplicador da competência informacional e midiática. In: BELLUZZO, R. C. B.; FERES, G. G. (org). **Competência em informação**: de reflexões às lições aprendidas. São Paulo: FEBAB, 2013.

ECKERDAL, J. R. To jointly negotiate a personal decision: a qualitative study on information literacy practices in midwifery counselling about contraceptives at youth centres in Southern Sweden. **Information Research: An International Electronic Journal**, v. 16, n. 1, p. n1, 2011. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=EJ925493>. Acesso em: 29 mar. 2024.

FERREIRA, R. V.; COSTA, M. R.; MELO, D. C. S. Planejamento Familiar: gênero e significados. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 387-397, 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/17277>. Acesso em: 29 mar. 2024.

FERRERA, A. P. C.; BARRETO, A. C. M.; SANTOS, J. L. dos; COUTO, L. L.; KNUPP, V. M. A. de O. (Lack of) knowledge of women on the use of contraceptive methods. **J Nurs UFPE online**, Recife, v. 13, n. 5, p. 1354-1360, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5205/1981-8963-v13i05a239109p1354-1360-2019>. Acesso em: 29 mar. 2024.

FIELDS, A. M. Women's epistemological development: Implications for undergraduate information literacy instruction. **Research Strategies**, v. 18, n. 3, p. 227-238, 2001. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0734331002000897>. Acesso em: 29 mar. 2024.

GUIMARÃES, C. Hegemonia, senso comum e ideologia: contribuições do marxismo para o debate sobre desinformação e 'pós-verdade'. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura**, São Cristóvão, v. 25, n. 2, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/epctic/article/view/19158>. Acesso em: 24 fev. 2024.

GOETZ, M.; MÜLLER, M.; MATTHIES, L. M.; HANSEN, J.; DOSTER, A.; SZABO, A.; PAULUSCHKE-FRÖHLICH, J.; ABELE, H.; SOHN, C.; WALLWIENER, M. Perceptions of patient engagement applications during pregnancy: a qualitative assessment of the patient's perspective. **Jmir Mhealth Uhealth**, Canadá, v. 5, n. 5, p.1-13, 2017. Disponível em: <https://mhealth.jmir.org/2017/5/e73>. Acesso em: 12 março 2024.

ILO, P.; IFIJEH, G.; SEGUN-ADENIRAN, C.; MICHAEL-ONUOHA, H. C.; EKWUEME, L. Providing reproductive health information to rural women: The potentials of public libraries. **African Journal of Reproductive Health**, v. 25, n. 5s, p. 210-218, 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/37585784/>. Acesso em: 29 mar. 2024.

JACOBS, H. L. M. Information literacy and reflective pedagogical praxis. **The journal of academic librarianship**, [s.l.], v. 34, n. 3, p. 256-262, 2008. Disponível em:



<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0099133308000414>. Acesso em: 29 mar. 2024.

KASSIM, R.; NDUMBARO, F. Factors affecting family planning literacy among women of childbearing age in rural Lake Zone, Tanzania: a qualitative study. **BMC Public Health**, v. 22, n. 1, p. 646, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12889-022-13103-1>. Acesso em: 29 mar. 2024.

KAVANAUGH, M. L.; JERMAN, J.; FROHWIRTH, L. "It's not something you talk about really": information barriers encountered by women who travel long distances for abortion care. **Contraception**, [s.l.], v. 100, p. 79-84, 2019. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30980828/>. Acesso em: 23 mar. 2024.

KUHL, N. Women's healthcare, censorship, and the library: Problems, issues, questions. **IFLA publications**, v. 106, p. 142-154, 2003. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=ED459709>. Acesso em: 23 mar. 2024.

MANIVANNAN, A. Gender inequalities in access to information about Ebola as gender-based violence. **Harvard Human Rights Journal**, 2015. Disponível em: https://web.archive.org/web/20180410092258id_/http://harvardhrj.com/wp-content/uploads/2015/06/Manivannan_Final-pdf1.pdf. Acesso em: 22 mar. 2024.

MELO, D. A. **Práticas informacionais e a construção da competência crítica em informação: Um estudo na Bamidelê – Organização de Mulheres Negras da Paraíba**. 2019. 119 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

NEUMAN, L. The Right of Access to Information: Exploring Gender Inequities. **Transforming Development Knowledge**, p. 83, 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU BRASIL) **Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Tradução: Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio). 2015. 49 p. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 26 maio 2022.

ONU. **Informe de la Conferencia Internacional sobre la Población y el Desarrollo**: el Cairo, 5 a 13 de septiembre de 1994. Nueva York: Naciones Unidas, 1995. Disponível em: https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/icpd_spa.pdf. Acesso em: 22 maio 2022.

MSI REPRODUCTIVE CHOICES (United Kingdom). **Misinformation and disinformation: Sexual and Reproductive Health and Rights**. [United Kingdom]: MSI Reproductive Choice; OHCHR: United Nations Human Rights Office of the High Commissioner, [2021]. Disponível em: <https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Issues/Expression/disinformation/2-Civil-society-organisations/MSI-Reproductive-Choices.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2024.

OYERONKE, A. Information as an economic resource: the role of public libraries in Nigeria. **Chinese Librarianship: An International Electronic Journal**, v. 34, pp. 66-75, 2012. Disponível em: <http://www.white-clouds.com/iclc/cliej/cl34oyeronke.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2024.

PAGOTO, S. L.; PALMER, L.; HORWITZ-WILLIS, N. Abortion misinformation: potential impact of Roe v. Wade reversal and spread of false information. **Journal of Medical Internet Research**, v. 25, p. e42582, 2023. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC10196890/>. Acesso em: 20 mar. 2024.



PELLEGRINI, E.; VITORINO, E. V.; HERRERA, K. M. Competência em informação e empoderamento de mulheres. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 21, 2021. **Anais [...]** Rio de Janeiro: IBICT; UFRJ, 2021.

REILLY, H. Abortion is an Information Issue. *International Journal on Information, Diversity and Inclusion*, [s. l.], v. 1, 2016. Disponível em: <https://publish.lib.umd.edu/IJIDI/>. Acesso em: 20 mar. 2024.

SILVA, M. P. A. S. da; GOMES, G. P. Movimentos antifeministas e desinformação: uma análise dos discursos promovidos no Instagram. **REBECIN: Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, São Paulo, v. 9, número especial, p. 1-13, 2022. Disponível em: <https://portal.abecin.org.br/rebecin/article/view/329>. Acesso em: 20 mar. 2024

SOLANO, A. S. **Percepção das mulheres sobre informação em saúde sexual e reprodutiva na cidade Estrutural- Brasília**. 2015. 200 p. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/19214>. Acesso em: 20 mar. 2024

THE LIBRARY AND INFORMATION ASSOCIATION – CILIP. **Definition of Information Literacy**. UK: CILIP Information Literacy Group, 2018. Disponível em: <https://www.cilip.org.uk/news/421972/What-is-information-literacy.htm>. Acesso em: 12 jan. 2024.

VITORINO, E. V.; PIANTOLA, D. Competência informacional – bases históricas e conceituais: construindo significados. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 38, n. 3, p. 130-141, 2009. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1236>. Acesso em: 20 mar. 2024

VITORINO, E. V. Uma matriz para o desenvolvimento da competência em informação, sob o foco das dimensões técnica, estética, ética e política e a partir dos cenários de Brasil, Portugal e Espanha. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 9, n. 2, 2016. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/397>. Acesso em: 20 mar. 2024

VENTURA, M. **Direitos reprodutivos no Brasil**. 3. ed. Brasília: UNFPA, 2009.

WARD, D. Revisioning information literacy for lifelong meaning. **The Journal of Academic Librarianship**, [s.l.], v. 32, n. 4, p. 396-402, 2006. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0099133306000619>. Acesso em: 20 mar. 2024

WYNN, L. L.; FOSTER, A. M.; TRUSSELL, J. Can I get pregnant from oral sex? Sexual health misconceptions in e-mails to a reproductive health website. **Contraception**, [s. l.], v. 79, n. 2, p. 91-97, 2009. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/19135564/>. Acesso em: 20 mar. 2024

Recebido em: 31 de março de 2024
Aprovado em: 10 de agosto de 2024
Publicado em: 12 de agosto de 2024

